Bird denuncia destruição da Amazônia

Rosental Calmon Alves
Correspondente

WASHINGTON — O Banco Mundial (Bird) divulgou ontem um extenso estudo, que descreve amplamente o processo de destruição acelerada da selva amazônica e acusa as autoridades brasileiras de terem adotado, nos últimos 25 anos, programas de desenvolvimento da região sem o devido cuidado com as devastadoras conseqüências ambientais. O estudo sugere uma série de medidas, a começar pela extinção dos incentivos fiscais e certas normas jurídicas, que facilitam o desmatamento.

O documento, escrito por Dennis J. Mahar, integrante do Conselho Econômico da instituição, se soma às crescentes pressões internacionais para tentar sensibilizar o governo brasileiro para o problema da Amazônia. Além disso, sua divulgação, às vésperas da assembléia anual do Banco Mundial — que se realiza esta semana em Berlim —, faz parte da estratégia do banco para defender-se de ferozes ataques de ecologistas que o acusam de estar financiando rodovias, represas e outros projetos que ajudam à destruição da selva amazônica.

Segundo o relatório, a devastação das matas, "num ritmo explosivo", não tem sequer se traduzido em benefícios consideráveis para o Brasil, exceto em algumas vantagens passageiras, de curto prazo. "Apesar de décadas de intensos esforços de desenvolvimento, a Amazônia ainda colabora somente com insignificantes 3% da renda nacional" do Brasil, afirma o documento.

O "erro inicial" da política amazônica brasileira, diz o autor, foi começar a promover a ocupação da região sem ter suficiente conhecimento sobre o potencial de seus recursos naturais. Posteriormente, os erros continuaram, diz o estudo, através de incentivos para o estabelecimento de projetos de pecuária de "questionáveis efeitos ambientais" e, mais recentemente, para o estabelecimento de fundições (de ferro gusa, usando carvão vegetal) na região do projeto Carajás.

A floresta amazônica já ocupou 16 milhões de quilômetros quadrados e atualmente sua extensão foi reduzida para 9 milhões. O estudo assinala que ela representa 30% do total de selvas tropicais do mundo, apesar do ritmo do desmatamento: até 1980 haviam sido desmatados 125 mil Km quadrados e até 1988 quase 600 mil Km quadrados.

Relatório sugere medidas salvadoras

"Não há dúvida de que o rápido desmatamento continuará, se a política atual não for modificada", diz o relatório do Bird antes de sugerir algumas medidas concretas. Entre essas sugestões, destacam-se as seguintes:

- Nas áreas já conectadas com o resto do país por estradas, onde já houve danos, o governo deveria promover a recuperação de áreas afetadas ou abandonadas, ajudando à restauração da diversidade biológica a região. Se as áreas estiverem ocupadas por pequenos agricultores, ajudá-los em atividades que não afetem o ambiente.
- Nas áreas ainda não ligadas por estradas, deveriam ser desenvolvidas, utilizando-se as vantagens de atividades econômicas baseadas na floresta e o governo não deveria construir nenhuma nova rodovia e nem distribuir títulos de propriedade até que haja um estudo completo sobre que tipo de utilização essas terras possam ter.
- Terras com potencial agrícola limitado deveriam tornar-se reservas perpétuas de floresta, vedadas a todo tipo de desenvolvimento, exceto a aqueles benignos como extrativismo, turismo ou atividade madeireira sob controle.
- Novas e sérias tentativas deveriam ser feitas para a realização de um zoneamento agro-ecológico da Amazônia, resistindo aos lobbies de empresários, que no passado impediram que esse trabalho fosse levado a cabo.
- Eliminação dos incentivos fiscais para os projetos de Pecuária na Amazônia e a limitação dos desembolsos para os projetos já existentes somente nos casos em que a Sudan confirmasse que eles estão localizados em áreas fora da selva tropical.
- Declaração pelo governo de uma moratória nos desembolsos dos incentivos fiscais estabelecidos para os projetos na área de Grande Carajás, como a criação de fundições de ferro gusa, utilizando carvão vegetal. Embora a legislação preveja reflorestamento, a experiência mostra que isso acaba não ocorrendo.
- O Incra deveria modificar suas regras que permitem o reconhecimento do desmatamento como forma de benfeitoria de terras e, portanto, como maneira de se conseguir a posse do terreno. Essa política, segundo o estudo, tem incentivado a destruição da selva em terras como pouco ou nenhum valor para a agricultura. Além disso, estimula a especulação. O que o Incra deveria fazer, em substituição, é dar concessões de 20 a 30 anos para que gente da região explore atividades ligadas à selva (como a dos seringueiros).
- O IBDF deveria substituir sua atual política de pedir a cada agricultor que conserve 50% das matas em suas terras por outra, obrigando à preservação de 50% das matas em cada região onde há projetos de agricultura.
- Finalmente, o governo deveria aumentar seus esforços para melhorar a administração dos impostos que, se corretamente recolhidos, poderiam trazer benefícios para o uso da terra.



Lamarca em duas versões da polícia

Fama injusta?

Companheiro de luta contesta o mito do herói Lamarca

Luís Maklouf de Carvalho

SÃO PAULO — O ex-capitão do Exército Carlos Lamarca não merece a fama que tem. A opinião é do hoje pequeno empresário Ariston Lucena, 37 anos, casado, um filho, que no passado foi amigo e companheiro de luta do dirigente da organização clandestina VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), inclusive na frustrada tentativa de guerrilha do Vale do Ribeira, sul do estado. Segundo Lucena, que está escrevendo um livro sobre a experiência do passado, Lamarca, cuja morte completou 17 anos no último dia 17, foi mitificado. "A esquerda e a imprensa o transformaram naquilo que ele não era", diz Lucena.

Para o ex-guerrilheiro, Lamarca "era teoricamente despreparado e politicamente sem experiência". Trocando em miúdos, Lamarca, segundo Lucena, mal conhecia os rudimentos do marxismo-leninismo (base teórica da organização), era incapaz de fazer intervenções políticas de peso nas reuniões da VPR e tinha muitas dificuldades em entender com clareza a situação que o país atravessava. Da mesma forma, acredita Lucena, Lamarca não tinha jogo de cintura suficiente para equilibrar-se entre as diversas alas da organização.